



## **DIVERSIDADE SOCIAL E ALTERIDADE EM CONTEXTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA<sup>1</sup>**

Denise Machado Cardoso

A Amazônia é reconhecida internacionalmente como uma região de rica sociobiodiversidade. Esta diversidade e complexidade estão presentes, portanto, nas diferentes populações humanas e não-humanas que vivem nos vários ecossistemas que compõem o bioma amazônico. Desse modo, pensar a Amazônia requer uma reflexão no plural, na qual se incorpore a diversidade que lhe é tão marcante.

Nesse contexto, a bacia hidrográfica do rio Tapajós ganha destaque diante de projetos que poderão vir a comprometer a existência de populações humanas e não-humanas, bem como ocasionar a degradação ambiental, a exemplo do que ocorre em outras regiões atingidas por barragens; práticas produtivas impactantes e ligadas ao agronegócio; construção de portos, aeroportos, hidrovias e rodovias; exploração de minérios, dentre outros. As discussões sobre as realidades pretéritas, presentes e futuras desta mesorregião são, portanto, envoltas de diversas demandas e contribuem nos planejamentos e nas tomadas de decisões governamentais e não governamentais, movimentos sociais e grupos empresariais.

Assim, coloca-se o desafio para elaboração de políticas públicas condizentes com demandas das populações locais ao mesmo tempo em que se constata os avanços das propostas oriundas do grande capital. Do mesmo modo, observa-se quão desafiador é desenvolver estudos científicos de diferentes áreas de conhecimento, posto que a ética na pesquisa implica considerar, também, os interesses e expectativas das pessoas envolvidas nestas investigações.

Pretende-se neste artigo indicar de que maneira a abordagem antropológica pode contribuir nas discussões acerca da compreensão sobre os dilemas que envolvem a produção do conhecimento e as políticas públicas desenvolvidas na Amazônia. Ressalta-se que a Antropologia busca desenvolver estudos que superem interpretações baseadas em preconceitos e discriminações a partir da inserção nas dinâmicas locais dos grupos humanos envolvidos nos projetos de pesquisa.

Além da Antropologia utiliza-se a pesquisa interdisciplinar para compreensão dos contextos

---

<sup>1</sup>Texto apresentado na conferência de abertura do I Colóquio Internacional do Instituto de Pesquisas e Estudos Culturais e Ambientais Sustentáveis da Amazônia (IPEASA), realizado em Itaituba-PA (Brasil), no período de 09 a 12 de agosto de 2018.



amazônicos, tendo em vista que há uma complexidade que exige o trato a partir de diferentes ramos de estudos e de conhecimento científico. Torna-se necessário, ainda, incorporar o conhecimento das próprias populações locais de modo a ter uma maneira de explicação baseada em experiências e vivências nesta região.

O que se segue são ponderações sobre a diversidade e complexidade amazônica, a partir do viés antropológico, incentivadas pela criação de um instituto de pesquisa que virá somar-se a outras instituições que tem na Amazônia o seu mote de estudos. O Instituto de Pesquisas em Estudos Culturais e Ambientais Sustentáveis da Amazônia (IPEASA) emerge como um instituto aglutinador de pessoas e instituições imbuídas pelo desejo de pesquisar e encontrar respostas aos dilemas que envolvem o desenvolvimento socioeconômico com a conservação da diversidade social e ambiental da região desta região, em especial a mesorregião do Baixo Amazonas.

### **A Amazônia do Baixo Amazonas**

Uma das principais referências sobre a região amazônica diz respeito ao seu aspecto hidrográfico, ao clima e à sua vegetação. A estes aspectos soma-se o imaginário acerca desta região que, para muitos, ainda é envolvida em mistério e desafios. As populações humanas que vivem nela são caracterizadas a partir de visões estereotipadas e marcadas pelo preconceito, o que invariavelmente leva à discriminação e práticas racistas. Superar este quadro discriminatório é, portanto, algo instigador e obrigatório.

Os estudos sobre a ocupação humana da região amazônica estão envoltos em diversas polêmicas. As interpretações sobre o início dessa ocupação diferem tanto na datação quanto na maneira como ela se processou. Napoleão Figueiredo (1990) destaca que os inúmeros estudos sobre a região apontam para a relação de interdependência entre cultura e ambiente desde períodos remotos. Assim, a adaptação de populações humanas na Amazônia estaria ligada às variáveis ambientais dos rios e florestas antes mesmo que a colonização ibérica fosse iniciada nas Américas.

A Amazônia é uma região que está localizada no Trópico Úmido<sup>2</sup> e apresenta-se em termos físicos como um ambiente marcado por diversos biomas e ecossistemas. Sobre este modo de caracterização desta região destaco o estudo realizado no município de Almeirim (Pará) no qual

---

<sup>2</sup>No estudo desenvolvido em 2006, identifiquei como características predominante do Trópico úmido as indicações feitas por Moran (1990) sobre essa região, conforme assim descrita: caracterizado pela diversidade e abundância biológica generalizada, apresenta alta radiação solar, temperaturas relativamente uniformes, alta pluviosidade e umidade.



evidenciei, a partir desta investigação, e de pesquisas desenvolvidas por outras pessoas na mesorregião do Baixo Amazonas, a importância que os rios e lagos apresentam na dinâmica social e ambiental (CARDOSO, 2006). Os rios e lagos são utilizados como fonte de água potável, na obtenção de proteína animal através da pesca, como vias de transporte, são importantes referências na cosmologia local e isso se reflete nas lendas, histórias e produção cultural de diferentes matizes.

No entendimento de Ronaldo Barthem (2001), o ciclo anual dos rios da bacia amazônica é determinado pelo ciclo hidrológico, e este por sua vez rege os ciclos biológicos e determina a composição da fauna e da flora ao longo desta bacia hidrográfica. A sazonalidade na bacia amazônica é marcada pela pluviosidade e alteração no nível do rio, possibilitando características próprias e importantes a esta região.

A atividade haliêutica, de acordo com Lourdes Furtado (1993) é comum na região do Baixo Amazonas desde períodos anteriores à chamada Era Cristã. Esta pesquisadora argumenta que, os sambaquis fluviais dessa região são evidências de coleta de moluscos (*Macrobrachiumsp*) e atividade de pesca pelas populações que ali se encontravam há milênios. Conseqüentemente, a relação entre as populações humanas e o meio aquático amazônico refere-se às práticas que existiam no Baixo Amazonas desde os primórdios da ocupação humana.

Se por um lado as populações tradicionais, povos indígenas e outros agrupamentos humanos criam uma dependência em relação aos rios e lagos amazônicos. As empresas de grande porte e seus conglomerados vem os rios enquanto meios para o crescimento econômico, nem sempre marcados pelo viés da sustentabilidade. Nesta perspectiva, os rios são vistos como potencial para geração de energia elétrica, exploração mineral<sup>3</sup>, desenvolvimento de pesca esportiva e como via de escoamento de produção do agronegócio.

Os impasses sobre os usos dos rios e lagos se manifestam de vários modos e podem levar aos conflitos entre diferentes grupos e em diversos níveis (municipal, estadual e federal). Organismos governamentais e não governamentais, tanto nacionais como internacionais estão envolvidos neste tema que requer trato para além das questões econômicas. Diante disso, desafios de diversas ordens se apresentam àqueles e àquelas desejosos de compreender as dinâmicas desta região.

## Diversidade e alteridade: em busca do diálogo

---

<sup>3</sup>Os estudos de Armin Mathis (1997) são exemplares quanto ao que se refere aos interesses sobre a exploração de minério na região tema deste artigo.



A Antropologia surge como uma ciência que busca compreender a diversidade humana. Embora por motivos diferentes do momento atual, a Antropologia desenvolve estudos a partir de seus diversos ramos de investigações, e vem ao longo dos tempos se aperfeiçoando no exercício etnográfico. Assim, uma prática recorrente tem sido a da maior inserção possível no grupo social a ser pesquisado, ou seja, a pesquisa de campo com o máximo de participação no contexto local. Compreende-se que desse modo, seja possível uma aproximação de horizontes e uma interpretação a partir do ponto de vista de quem faz parte das culturas locais, proporcionando uma fusão de horizontes, a saber: a visão de quem é de fora com aquela de quem é de dentro do grupo.

Esta prática explicitada nos estudos de Clifford Geertz (1999) tornou-se uma das principais referências quando se trata de pesquisa antropológica. Além destas observações, outros estudos e experiências etnográficas já realizados foram sendo aperfeiçoados e debatidos com vistas à melhor investigação de campo. Os estudos considerados clássicos não foram abandonados e as novas vertentes, ou escolas, antropológicas tendem a incorporar cada vez mais o ponto de vista, a interpretação, o saber e conhecimento locais.

Além de buscar a explicação da totalidade de micro realidades, ou realidades locais, interessante buscar a compreensão destas com a soma de olhares e visões de quem delas fazem parte. Essa postura que poderia ser apontada como menos etnocêntrica, diz respeito ao avanço do debate sobre a ética na pesquisa antropológica e qual a implicação dos estudos para as pessoas envolvidos no mesmo. Cabe como reflexão, ainda, a importância sobre a alteridade, a busca pela compreensão da diversidade, as implicações socioambientais dos estudos sobre e na Amazônia.

Um direcionamento recorrente nos estudos socioantropológicos diz respeito à superação de explicações homogeneizantes ou aquelas baseadas em visão única e que não leva em consideração as particularidades. Para evitar distorções nos resultados destas pesquisas, deixa-se de lado o uso de palavras no singular como, por exemplo: mulher, criança, indígena, Amazônia, floresta. Assim, tanto do ponto de vista dos movimentos sociais quanto da própria academia, verificou-se que o mais adequado é implementar o uso de termos que demonstrem a pluralidade de ecossistemas, grupos sociais e processos sócio-históricos. Temos, portanto, as mulheres, as Amazônias, as florestas e os povos indígenas.

Tratar das mulheres em termos plurais significa considerar as particularidades inerentes às mulheres negras, pobres, ricas, da floresta, pescadoras, extrativistas, meninas, velhas, do campo e da cidade, dentre outras. Suas demandas variam a partir das suas marcas sociais de classe, identidade



étnico-racial, de geração e aquelas sobre práticas artísticas, religiosas e profissionais.

Sobre os povos indígenas, diz-se que o mais adequado é nominá-los a partir não desta categoria, mas a partir de sua própria maneira de identificação. Teremos o uso de povo indígena sendo substituído por povo Munduruku (de diferentes localizações), povo Apiaká<sup>4</sup>, e assim por diante.

Sobre as ponderações acerca da identificação de florestas, há que se considerar que a concepção da região amazônica tomada pela floresta densa e de terra firme oculta as florestas de manguezais e florestas de várzeas, além daquelas oriundas do manejo pouco sustentável como o dendê (*Elaeis guineenses*) e eucalipto (*Eucalyptus*), por exemplo.

As expressões artísticas também refletem essa pluralidade e relação próxima com o ambiente natural (ou não) o que confere uma particularidade identitária aos agrupamentos humanos. Essa diversidade e pluralidade são constatadas de maneira mais veemente a partir da proximidade que a pesquisa de campo possibilita (seja ela de que área de conhecimento for).

Estar próximo no sentido físico e, também, no sentido afetivo é uma tarefa desafiadora, pois, inspirada nos escritos de Maybury-Lewis (1992), considero que o envolver-se com as realidades locais ao longo da realização dos estudos implica manter a objetividade sem perder de vista a postura ética que as relações com seres humanos e não-humanos exigem.

A diversidade sociocultural amazônica fica evidente à medida em que estamos mais próximos no dia-a-dia das pessoas, realizando tarefas junto com elas, observando seu cotidiano, conversando sobre diversos assuntos, e buscando de modo sincero utilizar uma escuta qualificada. Essas e outras práticas são recomendadas junto com o uso de outras ferramentas e técnicas de pesquisa, pois o que se está a fazer é algo que implica estar junto e trabalhar com seres que exigem respeito e reciprocidade. Em outro estudo, destaquei que:

Ir a campo para conhecer o “outro” requer disponibilidade para, também, ser objeto de conhecimento deste “outro”. A abertura ao diálogo necessita que se superem as fronteiras entre mundos diferentes (ou nem tanto) e permita que a reciprocidade se instale tanto em termos de troca de mensagens, confiança e ações (CARDOSO, 2011, p.3).

---

<sup>4</sup>Mesmo tendo sido considerados extintos em meados do século XX por dois grandes sociólogos, ainda hoje, mesmo em número consideravelmente pequeno e em convívio com o povo Kaiabi e os Munduruku e outras regiões, reafirmam sua identidade como povo.





E qual seria a importância do diálogo neste fazer científico? O que implica essa reciprocidade na produção do estudo antropológico? Para desenvolvimento deste debate é relevante trazer as implicações que o imaginário que trazemos acerca do conhecimento científico, posto que ele é oriundo de um longo processo de colonização.

Quando vemos o outro a partir desta restrita percepção consideramos que não há outros modos de explicar as realidades na quais estamos inseridos. Essa prática impede que vejamos outros saberes como algo a ser considerado e respeitado. Reproduzimos dessa maneira o que nos é mostrado como verdade única, como método de investigação eficaz restrito às instituições formais de pesquisa, ou a escrita formal e culta como a maneira de comunicarmos nossos resultados de investigação. A produção do conhecimento não está restrita ao que nos fora ensinado e nossa imagem da ciência está fadada a ser substituída por outras possibilidades.

Pensar a Amazônia em termos de sua complexidade exige que seja considerada a diversidade dos povos que vivem nesta região, suas crenças, conhecimentos, práticas e visões de mundo. Se isto for descartado, estaremos fadados a reproduzir projetos de pesquisa, planos de governo e propostas de outra natureza, que pouco impactam de maneira positiva. Conseqüentemente, evidencia-se que os projetos que visam ao desenvolvimento para além do crescimento econômico evitam silenciar, desconsiderar as demandas e conhecimentos das populações humanas e suas relações com não-humanos em seus diferentes *habitats*.

### **Produção de conhecimento: para além da dicotomia o “eu” e o “outro”.**

Vários são os desafios para a pesquisa científica produzida na e sobre a Amazônia. Além da diversidade de saberes, povos e ecossistemas (nos quais há uma alta biodiversidade) há propostas de desenvolvimento para a região que nem sempre se coadunam com as demandas locais, ou são marcadas pelo silenciamento e desconsideração dos povos que vivem nas diferentes regiões amazônicas. Portanto, há que se considerar qual projeto se pretende implementar quando se trata da produção científica? Que estratégias de investigação serão incorporadas ao longo da realização do estudo? Quais possíveis impactos incidirão sobre os povos envolvidos no projeto? Como serão inseridos esse e outros projetos no contexto atual e futuro da Panamazônia? E por fim, é possível conciliar o desenvolvimento sem que ele acarrete a destruição socioambiental e comprometimento da vida humana e não-humana nesta região?

Estas questões emergem à cada vez que se fala em pesquisa científica na Amazônia, projeto de



desenvolvimento para esta região, e qual modelo (ou modelos) mais adequando para conhecer os povos que se encontram há milênios e outros que foram sendo incorporados ao longo processo histórico amazônico.

A partir destas inquietações percebo que, mais do que agregar narrativas de pessoas envolvidas em projetos de pesquisa científica, é interessante considerar o desafio de superar a dificuldade de compreensão dos diferentes sujeitos sociais, assimilando de fato o que estão querendo nos dizer. Nesses termos, evidencio como importante perspectiva dessa reflexão, a tentativa de desconstrução da colonialidade, a partir da perspectiva não colonial proposta por Reinaldo Fleuri (2017), GayatriSpivak (2010), Frantz Fanon (2013) e por outros pesquisadores e pesquisadoras.

Tal perspectiva incide sobre os modelos hegemônicos de construção de conhecimento que são, em geral, baseados no modelo do chamado mundo ocidental. Discussões à parte naquilo que diz respeito à validade, ou não, de determinados conhecimentos o que se intenciona neste debate é incluir outras falas, outros olhares, outras possibilidades de compreensão das realidades. Com isso, o desafio que ora se apresenta se refere tanto à superação de silenciamentos e desconsideração de diversos povos indígenas e outras populações humanas da região do Baixo Amazonas. Como incluí-las não apenas como informantes de pesquisas, e sim como interlocutoras e, em alguns casos, como partícipes da produção denarrativas?

Embora seja interessante que os estudos consideram a perspectiva êmica (HARRIS, 1970), na qual se assegura a busca pela compreensão dos modos de pensar e agir das pessoas estudadas (e com isso o estudo se amplia em várias perspectivas), cabe ponderar que o exercício é bem mais complexo e requer uma postura afetada. Ou seja, deixar-se ser envolvido pelo ambiente, pelas pessoas e pelo contexto da pesquisa.

Uma indicação que considero pertinente nesse debate diz respeito ao que Sérgio Rondinara (c. v. 2018) apresenta nas discussões sobre o Amor/Ágape. Em sua reflexão sobre a relação entre conhecimento e amor há uma nítida referência à filosofia grega e aos estudos sobre o evangelho do apóstolo João. Rondinara caracteriza os três tipos de amor: Eros, Philia e Ágape. E segundo ele, enquanto no amor Eros e Philia há uma tendência egocêntrica, no amor Ágape existe algo centrífugo, ou seja, há algo que impele os seres humanos para fora de si mesmos.

Embora não haja efetivamente juízo de valor em sua argumentação, posto que os três tipos de amor são considerados como algo importante e recorrente na vida das pessoas, é no amor Ágape que os seres humanos podem galgar experiências mais voltadas para outros seres. Quando exercitamos o



diálogo no qual o outro não é apenas um objeto, e passa a ser considerado também em sua humanidade, exercitamos o amor que oportuniza um conhecimento não restrito àquele que apresenta o status de cientista.

O que destaco nesta discussão é que a ciência do chamado mundo ocidental é uma dentre os vários modos de compreensão. Há outras maneiras de descrição, de classificação e de concepção dos mais variados temas, e que extrapolam o método científico. Os povos indígenas apresentam conhecimentos sobre o modo de estar no mundo bem diferente do que usualmente se aprende nas escolas. Os grupos sociais que tem na matriz africana o seu principal referencial tem outras visões de mundo acerca da natureza. Os chamados povos das florestas encontram na relação próxima com o ambiente natural as suas diretrizes para lidar com o tempo/espço. Enfim, uma série de outros exemplos poderão ser citados para respaldar que a diversidade está presente não apenas na questão fenotípica, posto ela se faz notar, também, nas práticas e costumes, ou seja, nas culturas.

Agregar outros saberes para além do conhecimento científico, a exemplo do que propõe pensadores como Edgar Morin (2003), Reinaldo Fleuri (2017), Paulo Freire (1975) e Catherine Walsh (2012) implica na incorporação dos conhecimentos de povos autóctones ou de classes subalternas, proporcionando um aprendizado de saberes ancestrais e para além do próprio saber científico. Isso se torna interessante tanto para a academia como, também, para aqueles povos detentores de conhecimentos menos fragmentados. Conseqüentemente, decorre deste diálogo de sabedores, a exemplo do proposto por Samuel Sá (2000), estudos mais condizentes com a proposta de superação da colonização de saberes.

Segundo a leitura acerca da proposta de Edgar Morin (2003), compreende-se que uma epistemologia da complexidade, ou seja, uma epistemologia adequada ao pensamento complexo, rompendo com a matriz moderna, anuncia um novo posicionamento do indivíduo diante da realidade, e, portanto, nova forma de conhecimento (CESARIOUS, 2013). Tal proposta é o que nos move em termos da criação de um Instituto de Pesquisa voltado para as demandas sociais locais e produção de conhecimento científico na, para e sobre a Amazônia.

### **Saberes e estudos sobre a região do rio Tapajós**

O interesse pela mesorregião do Baixo Amazonas, em especial na bacia do rio Tapajós, vem de longa data. Os estudos de Henri Coudreau (1977), indicam que esta região foi local de densa pesquisa científica marcada pela intenção de compreender a complexidade da Amazônia como um todo.





Ao pesquisar a trajetória da luta pela educação diferenciada pelo povo Munduruku, a ação dos movimentos sociais no contexto da América Latina e os reflexos no Brasil, a partir dos marcos legais, Márcia Bieri (2004) apresenta uma análise da participação do Estado no desencadeamento das políticas públicas para o setor educacional. Em sua busca pela compreensão do processo de escolarização na Terra Indígena (TI) Munduruku, cujo contato interétnico é marcado pela histórica disputa pela terra e a luta pela demarcação do território, Márcia Bieri (2004) apresenta um interessante debate acerca desse povo que há muito vive na região do Tapajós.

A discussão respaldada nas inquietações de João Pacheco de Oliveira Filho (1995) sobre a questão indígena, em especial no que tange à educação escolar, vinculada à luta por território, demonstram o preconceito sendo renovado em diferentes situações e vão perpetrando perdas de direitos (ou ameaças de perdas). Conseqüentemente, o tema que envolve a educação escolar ou não escolar, luta por território e políticas diferenciadas para a saúde indígena são pontos relevantes em se tratando de agenda de implementação de políticas públicas.

As políticas públicas voltadas para atender as comunidades tradicionais, povos indígenas e agrupamentos urbanos da região do Tapajós, são marcadas pela predominância de conflitos de interesses com grupos hegemônicos que veem nesta região a possibilidade de um desenvolvimento pouco ou nada sustentável. Diante disso, nota-se que os modelos de desenvolvimento a serem implementados necessitam agregar saberes diversos sob pena de haver um processo irreversível de destruição de modos de vida dos povos que habitam na bacia do rio Tapajós.

Por certo, os grupos de interesses se alinham em prol do modelo que atendem ao modelo desenvolvimentista apregoado para a Amazônia desde meados do século XX. Embora já haja evidências do quão danoso é este modelo que se sustenta na máxima de que o crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento e progresso, ao que tudo indica ainda não se consideram relevantes os saberes locais.

De todo modo, considero pertinente que as mobilizações em prol de adoção de modelo de desenvolvimento menos danoso e menos excludente sejam levadas em conta nas elaborações de políticas públicas. Os conhecimentos das populações humanas em geral, e dos povos indígenas em particular, são fonte de ciência do concreto tal como indicado por Claude Lévi-Strauss (1976). Portanto, além da ciência produzida na academia há que se considerar os saberes, conhecimentos e ciências oriundos das ações e práticas dos povos que compõem o mosaico socioambiental da região amazônica.



## Referências:

BARTHEM, Ronaldo. Componente biota aquática. In: VERISSIMO A. *et al.* (Org.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios.** São Paulo: Instituto socioambiental/Estação Liberdade, 2001. p. 60-77.

BIERI, Marcia Eloisa Lasmar. **Educação diferenciada, Política e cidadania na Terra Indígena Munduruku.** Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Universidade Federal do Pará. 2004.

CARDOSO, Denise Machado. Diálogos da Antropologia com a Ética. In: **Anais do Seminário Ética e Sociedade: Reflexões Sobre a Violência e Sobre a Paz.** Belém: UFPA, 2011. p. 1-9

\_\_\_\_\_. **O processo decisório de políticas públicas para o desenvolvimento local:** Rio Arraiolos – Almeirim/Pará. Tese (Doutorado em Desenvolvimento do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará. 2006.

CESARIOUS. Epistemologia da complexidade (Bachelard & Morin). **Questões cosmológicas.** <https://questcosmic.wordpress.com/2013/07/20/a-epistemologia-da-complexidade-de-bachelard-a-morin/>

Publicado em 20/07/2013, acesso em 05 de janeiro de 2018.

COUDREAU, Henri. **Viagem ao Tapajós Índios da América do Sul.** São Paulo: Editora: Itatiaia/Edusp, 1977. 162 p.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** (Tradução: Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. O rio, a floresta e o homem na Amazônia brasileira. **V Encontro Nacional de Tropicologia.** Recife: Massangana, [1988]1990. p. 53-66.

FLEURI, Reinaldo Matias. Aprender com os povos indígenas. **Educação Pública.** Cuiabá. Vol. 26, n. 62/1, p. 277-294, mai/ago. 2017

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FURTADO, Lourdes de F. Gonçalves. Subsídios histórico-sociais para compreensão da sociedade agropesqueira que se formou na região do baixo Amazonas. In: **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica.** Belém: MPEG, 1993. p. 85-105. (Eduardo Galvão).

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos. In: **O saber local: novos ensaios em Antropologia interpretativa,** 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 33-56.

HARRIS, Marvin. Emics, ethics and the new ethnography. In: **The rise of anthropological theory.** 3



ed. New York: Thomas Y. Crowell Company, Inc., 1970. p. 568-604.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do Concreto. In: **O pensamento selvagem**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, [1962] 1976. p. 19-55.

MATHIS, Armin. Garimpagem de ouro na Amazônia. In: XIMENES, Tereza (Org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável**: uma contribuição para Amazônia 21. Belém: NAEA/UFPA, 1997. p. 391- 406

MAYBURY-LEWIS, David. Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo. In: ARANTES, Antonio Augusto *et al* (Org.) **Desenvolvimento e direitos humanos**: a responsabilidade do antropólogo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. 27-47

MORAN, Emilio. O desenvolvimento da Ecologia Humana como área de estudo. In: **Ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 21-119.

MORIN, Edgar A necessidade de um pensamento complexo. In: MENDES, C.; LARRETA, E. (Org.) **Representação e complexidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2003. p. 69-78.

RONDINARA, Sérgio. **O Mandamento Novo**: Amor/Ágape. Aula inaugural do curso de férias Mariápolis Glória. Benevides: 2018.

SÁ, Samuel Maria de Amorin. O imaginário social sobre a Amazônia: antropologia dos conhecedores. **História, Ciência e Saúde - Manguinhos**. Vol. VI (Suplemento). 889-900. Setembro de 2000.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luis D. B. (Org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1.º e 2.º grau. Brasília: MEC; MARI; UNESCO, 1995

WALSH, Catherine. Interculturalidade y (de)colinialidad: perspectivas críticas y políticas. **Revista Visão Global**. Joaçaba, vol. 15, n. 61-74, jan/dez. 2012.